

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1822



PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 9

# 1822

ANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA  
JOÃO PAULO PIMENTA

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

---

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA  
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO  
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte  
1350-352 Lisboa  
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312  
Email: [coleccoes@publico.pt](mailto:coleccoes@publico.pt)  
loja online: [www.loja.publico.pt](http://www.loja.publico.pt)  
[www.publico.pt](http://www.publico.pt)

TINTA-DA-CHINA  
Rua Francisco Ferrer, 6A,  
1500-461 Lisboa  
Tels: 21 726 90 28 | 29  
E-mail: [info@tintadachina.pt](mailto:info@tintadachina.pt)  
[www.tintadachina.pt](http://www.tintadachina.pt)

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1822* (vol. 9)  
Direcção: Rui Tavares  
Autores: Ana Cristina Nogueira da Silva  
e João Paulo Pimenta  
Revisão: GoodSpell  
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares),  
a partir de gravura de Jean Baptiste Debret, representando  
uma família brasileira no Rio de Janeiro (1839)  
Imagens: páginas 14, 18, 47, 68, BNP digital;  
páginas 19, 43, 57, 67, 83, Wikimedia Commons; página 31,  
Biblioteca Nacional do Brasil; página 37, Arquivo Nacional  
do Brasil; página 77, IMS.

1.ª edição: Agosto de 2019

ISBN 5602227309529-00009  
Depósito Legal 458943/19

*Uma das paradoxais capacidades do método retrospectivo que empregamos nesta obra coletiva é a de — ao contrário do que talvez fosse de esperar — nos facilitar a tarefa de fingirmos que ignoramos o fim da história. E ignorar o fim da história é essencial para entender a história, porque os sujeitos históricos também ignoravam o fim da sua história. Ora, quando lemos uma história do nosso país na ordem cronológica normal, não conseguimos esquecer como a história acaba: ela acaba connosco no nosso presente, e o seu devir é o de se aproximar cada vez mais do «estado final» em que julgamos encontrar-nos. Na trajetória que decidimos empreender aqui, porém, é o contrário que se passa: a história vai-se afastando, em vez de se aproximar de nós. E a cada passo vai-se tornando mais impossível de prever por quem dela fazia parte. Esta é uma lição de humildade não só historiográfica como existencial: hoje seremos nós os ignorantes do nosso futuro, a ser lidos por quem talvez sorria com as nossas ilusões. A humildade é uma bagagem indispensável em viagens pelo passado, particularmente quando mergulhamos na história daquele que consideramos ser o nosso país. O volume que tem neste momento entre mãos é disso um exemplo notável.*

*É que o país que encontramos neste volume não é já Portugal, mas antes o Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Uma nação que ninguém punha em causa no início de 1822, e que ninguém conseguiu fazer funcionar até ao fim desse ano, dando assim azo a que dela nascessem duas nações diferentes nos dois*

*hemisférios onde viviam portugueses: Brasil e Portugal. Mas enquanto durou 1822 e enquanto os sujeitos históricos não sabiam o fim da história, 1822 foi também o ano dos vários Estados diferentes que essa nação portuguesa bi-hemisférica poderia ter sido.*

*Várias soluções estiveram em cima da mesa: um estado unitário em que qualquer deputado representasse sempre o todo nacional, mesmo que viesse de Trás-os-Montes e que os deputados do Brasil estivessem ausentes; uma nação pluricontinental que refletisse no Parlamento e no Conselho de Estado as suas diferentes componentes, tendo metade dos deputados do Brasil e outros tantos de Portugal; ou até uma nação federal com várias capitais e vários parlamentos, e um Congresso federal conjunto. E, se assim fosse, o Brasil teria só uma capital, ou várias? E Angola e Moçambique não deveriam também ser reinos com as suas cortes? E como contar os cidadãos que representavam esses deputados? Incluindo os escravos e os indígenas? O que era Portugal e quem eram os portugueses em 1822, afinal?*

*Neste surpreendente volume escrito a quatro mãos por uma historiadora portuguesa, Ana Cristina Nogueira da Silva, e um historiador brasileiro, João Paulo Pimenta, aprendemos não só a história do Portugal (e do Brasil) que foi, mas também a história do Portugal e do Brasil que poderiam ter sido e do Reino Unido que não conseguiram continuar a ser.*

—RUI TAVARES

---

## ÍNDICE

Introdução: Portugal, o Brasil e a nação portuguesa	9
<b>1</b> A Constituição de 1822: revolução e nação	13
<b>2</b> As discussões constituintes e a separação do Brasil	39
<i>Províncias ultramarinas: representação política</i>	
<i>e autonomia provincial</i>	39
<i>A unidade da nação e o contratualismo federal:</i>	
<i>nação, pátria(s), contrato</i>	56
<b>3</b> Unidade e diversidade no primeiro texto constitucional português	66
<b>4</b> Cidadãos portugueses na Constituição de 1822	72
Conclusão	92
Notas	97
Bibliografia	99
Notas biográficas	102





---

## **INTRODUÇÃO:** PORTUGAL, O BRASIL E A NAÇÃO PORTUGUESA

As coisas importantes que ocorrem na história jamais se limitam a um único acontecimento, a uma só pessoa, época ou lugar. Tudo aquilo que na história produz envolve, em distintos graus, múltiplos sujeitos, tempos e espaços. No entanto, o mais visível é sempre, em primeiro lugar, um ponto, uma eclosão qualquer aparentemente abrupta nesse emaranhado de coisas. A partir desse ponto, é possível entender melhor os acontecimentos históricos, as suas causas e as suas consequências, ampliando e aprofundando a observação.

Um ano é uma convenção das mais úteis. À medida que nos afastamos do passado, os anos parecem fazer cada vez mais sentido como aglutinadores de acontecimentos da história. Muitas vezes, fazemos com que se confundam até mesmo com um único acontecimento, como se todo aquele ano se limitasse a esse acontecimento. Isso é natural: afinal, uma boa parte da humanidade, atualmente, está habituada a pensar a história em termos de uma sequência de anos relacionados com acontecimentos, embora sejam frequentes as relações caóticas e equivocadas entre acontecimentos e anos, bem como confusões nos sequenciamentos convencionais (por exemplo, o dos calendários).

De todo o modo, repita-se: é útil pensarmos a história por anos. Podemos inclusive concentrar o nosso esforço de observação em um único ano, em um determinado lugar, buscando o

que de mais notável nele aconteceu, o que de menos conhecido, como se vivia naquele ano, etc. Nesses casos, porém, é necessário ir além, e seguir a lição do historiador Vitorino Magalhães Godinho: «O aspecto a um primeiro relance mais saliente das investigações históricas é o correlativo recuo dos marcos cronológicos e alargamento do horizonte geográfico.»<sup>1</sup>

Para todos os efeitos, quando se vivia o ano de 1822, a imensa maioria dos seres humanos dispostos a pensar no assunto consideraria aquele o ano mais importante da história. Afinal, era o ano em que as suas vidas transcorriam. Numa observação posterior, aquele seria também o ano em que a Grécia proclamaria independência em relação ao Império Otomano. Na América, o antigo vice-reino de Nova Espanha tornar-se-ia formalmente o Império Mexicano comandado por Agustín de Iturbide; mais a sul, a audiência de Quito (hoje República do Equador) consolidaria independência frente à Espanha, unindo-se à Colômbia. Um novo país se formaria também na costa ocidental africana: a Libéria, obra de ex-escravos norte-americanos. Em outras dimensões da realidade de então, a literatura perderia E.T.A. Hoffmann e Percy Shelley, enquanto Thomas Young e Jean-François Champollion decifriariam os primeiros hieróglifos da Pedra da Roseta, entre muitas e muitas outras coisas...

Portugal, 1822: o ano da promulgação da primeira Constituição deste país é um marco da sua história. Para o observar, contudo, é necessário ir além daquele acontecimento, daquele ano e daquele lugar: alargar tempos e espaços, e multiplicar sujeitos. É esse o objetivo deste livro, que está centrado em 1822, mas promove recuos a épocas anteriores — e também alguns avanços a épocas posteriores — e olha para Portugal como parte de um mundo maior. Um exemplo: naquele mesmo ano, o Brasil dava passos importantes em direção à sua formação como Estado e nação independentes... de Portugal!

Escrito por uma historiadora portuguesa e um historiador brasileiro, este livro apresenta-se numa linguagem acessível de divulgação, mas sem que isso implique distorções, tratamentos superficiais ou abandono do rigor teórico e metodológico. Utilizamos principalmente material bibliográfico que consideramos fundamental para o entendimento alargado de 1822 em Portugal; por vezes, porém, fizemos uso de fontes primárias (textos produzidos na própria época estudada), nomeadamente jornais publicados em Portugal e no Brasil, textos políticos escritos por participantes dos processos aqui descritos e analisados, e também as atas das Cortes constituintes, onde se encontram intervenções públicas e debates travados entre os deputados que tomaram a si a tarefa de elaborar a Constituição portuguesa terminada em 1822. Em todo esse material, acedemos a vozes plurais, muitas vezes conflitantes entre si, mas todas elas representativas do que estava a acontecer naquele ano. É certo que outras vozes poderiam ter sido captadas, se a estas acrescentássemos outras fontes, mais difíceis de encontrar. Relatos de conversações orais, por exemplo, que nos informariam sobre pontos de vista de grupos iletrados. Ou as imagens que circulavam sobre os acontecimentos em curso (aqui, a iconografia apresentada é puramente ilustrativa). Ou, ainda, a letra das músicas que se entoaram em cerimónias e encontros mais oficiais ou mais informais. Sabemos, no entanto, que por mais que alargássemos o leque de fontes, a reconstituição seria, no fim, sempre incompleta, sempre condicionada pelo olhar de quem as selecionou.

Cristina Nogueira da Silva traça um quadro dos acontecimentos e contextos portugueses (europeus e americanos) que antecederam a revolução de 1820 e que rodearam a discussão e a assinatura da Constituição de 1822, bem como a cultura constitucional que a informou. Depois analisa as discussões

constituintes sobre a arquitetura política da nação pluricontinental que, sem êxito, se quis construir, assim como a sua concretização na Constituição vintista. Mostra também quem eram, afinal, no reino e no império, os cidadãos portugueses considerados nesta primeira Constituição. João Paulo Pimenta tece reflexões introdutórias sobre o interesse de contar a história a partir de datas e mostra como era, afinal, o Brasil antes e durante a revolução liberal portuguesa de 1820, explicando, a partir daí, porque é que a independência do Brasil não pode ser interpretada como o resultado da luta entre uma «nação portuguesa» e uma «nação brasileira», ou até uma metrópole e suas colônias. Também desenvolve reflexões sobre os luso-americanos de origem europeia enquanto cidadãos portugueses na Constituição. Os dois autores tecem algumas considerações introdutórias sobre o uso das fontes na reconstituição do passado e refletem, a título conclusivo, sobre os efeitos históricos daquilo que ocorreu em 1822.

Esperamos que, no final do livro, o leitor tenha sido capaz não apenas de entender melhor como e porque é que 1822 foi um marco na história portuguesa, mas também se sinta motivado a tomar outros anos importantes, ou simplesmente do seu interesse individual, como bons pretextos para desfrutar dessa aventura permanente que é o olhar e o entendimento sobre a história.

---

## NOTAS BIOGRÁFICAS

CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA (Lisboa, 1967) é doutora em História do Direito e professora na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. As suas actuais áreas de investigação são o pensamento liberal, a cidadania e a história do estatuto jurídico dos territórios e populações do Império Português nos séculos XIX-XX, temas sobre o quais publicou vários livros individuais (*Constitucionalismo e Império*, Almedina, 2010; *A Construção jurídica dos territórios ultramarinos*, ICS, 2017) e colectivos, além de artigos e capítulos de livros, em Portugal e em vários outros países.

JOÃO PAULO PIMENTA (São Paulo, 1972) é doutor em História e professor no Departamento de História da Universidade de São Paulo desde 2004. Foi professor visitante no Colegio de México, na Universidad Andina Simón Bolívar (Equador), na PUC-Chile, na UDELAR (Uruguai) e da Universitat Jaume I (Espanha). É especialista em história dos séculos XVIII e XIX.

portugal, uma retrospectiva

1822

foi impresso na SIG,  
Sociedade Industrial Gráfica,  
no mês de Julho  
de 2019.

